

# NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 08/Nov



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1619 | 2016



## “Só se enxerga uma coisa como possibilidade de sair da crise: mexer nos direitos dos trabalhadores”, diz vice-presidente da ABRAT



Vice-presidente da Abrat, Alessandra Camarano, alertou trabalhadores sobre ataques aos direitos trabalhistas

Os tempos difíceis que estão por ser enfrentados pela classe trabalhadora brasileira podem ser agravados ainda mais pela irresponsabilidade com os trabalhadores. Segundo a vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Dra. Alessandra Camarano, em qualquer momento de crise é o trabalhador quem precisa contribuir para melhorar o cenário. O debate na 14ª Conferência Nacional dos Vigilantes realizado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) ocorreu nos dias 3 e 4 de novembro e contou também com a participação dos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do DF (TRT 10) Mario Caron e Grijalbo Fernandes Coutinho.

“Estamos vivendo em uma época onde só

se enxerga uma coisa como possibilidade de sair da crise: mexer nos direitos dos trabalhadores, na jornada de trabalho. Querem mexer nos salários, em questões que são caras para os trabalhadores”, afirmou. O agravante, segundo ela, é a postura que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem adotado e quem vem, pouco a pouco, massacrando os trabalhadores e enfraquecendo suas lutas.

Somente no último mês foram três liminares do STF que representam um verdadeiro desmonte aos direitos dos trabalhadores. “Essas decisões vêm ganhando muita força e vêm sem nenhum tipo de pudor na hora de acabar com questões trabalhistas dentro dos tribunais”, afirmou Camarano..

## Querem acabar com a CLT

Sindicatos de luta de todo o país vêm alertando a classe trabalhadora sobre as investidas do Congresso Nacional para acabar com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo Camarano, as decisões do STF já estão facilitando esse trabalho. Prova disso são as alterações na Súmula 277, “que agora é uma pedra no sapato das negociações coletivas e um dificultador absurdo”, avaliou.

Além disso, o Ministro Dias Toffoli autorizou o desconto de dias parados nas greves dos servidores públicos. “O Congresso não vai precisar ter esse desgaste com seus eleitores porque o Supremo já está fazendo a flexibilização. Este é o cenário que os sindicatos vão enfrentar nas próximas negociações coletivas e é preciso estar muito claro como vai ser feito, o que vai ser feito, como vão se posicionar”, alertou Camarano.

Segundo ela, a primeira solução que se vê na crise é demissão em massa, aumento da jornada e redução salarial. Isso tudo caminha na contramão da história, que sempre preservou o emprego.



**Para o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do DF (TRT 10) Grijalbo Fernandes Coutinho** os trabalhadores organizados precisam formalizar as melhores convenções possíveis.

“Por pior que fosse, antigamente ainda era possível conseguir algum ganho na Justiça. Hoje, se os sindicatos negociarem uma convenção reduzindo direitos, não tenham a ilusão de que no judiciário vocês vão conseguir mudar essa situação, porque não tem sido essa a postura adotada atualmente”, lamentou..

## Mobilização é a solução

“Estamos vendo todos os dias um ataque sistemático à Constituição Federal. A resposta é mobilização nacional com toda a classe trabalhadora, não apenas por categorias”, observou Camarano.



**No mesmo sentido, o também desembargador do TRT 10 Mário Caron** alertou para o conservadorismo da Justiça do Trabalho. Segundo ele, este sempre foi o cenário, mas agora tem se agravado.

“Nós não vivemos mais em um Estado Democrático de Direito, nós vivemos num Estado de Exceção. Nós vivemos uma hipocrisia. Estado de exceção é quando está tudo bonitinho, tudo funcionando, mas na prática é tudo para os interesses de alguns, de uma elite”, afirmou. Segundo ele, este é uma das dificuldades enfrentadas quando o assunto é a negociação em tempos de crise.

Caron se juntou à vice-presidente da ABRAT e afirmou: somente os trabalhadores serão capazes de mudar o país. “O movimento tem que ser dos trabalhadores, não tem outra forma. Tem que haver reação. Eu não consigo entender como ainda não pararam esse país”.

Fonte: CNTV

# Vigilante 24 horas nos bancos já é lei em Porto Alegre



Autor do projeto na capital foi o vereador Comasseto, ao centro

O prefeito José Fortunati (PDT) assinou e o Diário Oficial de Porto Alegre publica hoje (7) a Lei Nº 12.152, de 3 de novembro de 2016, que “obriga as instituições bancárias públicas ou privadas e as cooperativas de crédito localizadas no Município de Porto Alegre a contratar vigilância armada para atuar 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive em finais de semana e feriados, e dá outras providências”.

A mesma legislação determina que as instituições bancárias da capital instalem dispositivos de segurança, como câmeras de monitoramento e escudos de proteção ou cabine para os vigilantes. (Clique aqui para ver a íntegra do projeto)

Pelo levantamento do Sindivigilantes do Sul, a capital é o 29º município do Rio Grande do Sul onde o Vigilante 24 horas nos bancos já é lei, de um total de 56 cidades onde foi aprovado. Nas demais, falta ser assinado pelo prefeito e publicado no Diário Oficial para que passe a vigorar.

Em Porto Alegre, os estabelecimentos bancários terão um prazo de 90 dias para se adaptar à norma, a partir da data da publicação, estando previstas multas progressivas em caso de descumprimento.

O presidente do Sindivigilantes do Sul comemorou: “É uma excelente notícia para a nossa

categoria e para a população, pela segurança e pela geração de empregos que representa, e nós queremos agradecer ao prefeito José Fortunati por ter assinado a lei e também ao vereador Engenheiro Comasseto (PT), que foi o autor do projeto de lei aprovado na Câmara Municipal”, disse Loreni Dias.

Ele recordou que o sindicato fez uma mobilização muito forte por por mais segurança nos bancos, desde o ano passado, diante da onda de assaltos que coloca em risco clientes, funcionários e os próprios vigilantes. Por isso o projeto prevê, além da figura do vigilante dia e noite, inclusive feriados e finais de semana, medidas de segurança e a instalação de equipamentos para melhor proteção desses profissionais.

O sindicato está adotando medidas jurídicas, por seus advogados, para fazer cumprir a lei onde o prazo de adaptação dos bancos à norma venceu em outubro: Cruz Alta, Osório, Cerro Grande do Sul, Butiá, Camaquã, Charqueadas, Alvorada e São Jerônimo. Lembramos que podem ocorrer variações no texto, como prazos e valores das multas, de cidade para a cidade.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Motivos para parar dia 11 de novembro não faltam

## Desde que o golpe se concretizou, golpistas avançam em direitos da classe trabalhadora e tropeçam em contradições

A CUT e demais centrais sindicais chamaram, para o próximo dia 11 de novembro, o “Dia Nacional de Greve”. A expectativa é de união de classe trabalhadora contra um governo que tem em sua gênese um golpe parlamentar que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Uma breve análise do cenário político nos últimos meses mostra que desde que Michel Temer (PMDB) sentou na cadeira da presidência, um alvo ficou evidente: os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Não faltam motivos, portanto, para que no próximo dia 11 de novembro a classe trabalhadora se una e cruze os braços diante de tantos ataques aos direitos conquistados pela categoria nas últimas décadas. Confira alguns:

### PEC 241

Aprovada no último dia 25 de outubro, a PEC 241, que no Senado será PEC 55/2016, prevê o congelamento em investimentos públicos para os próximos 20 anos. A medida irá interferir diretamente nas verbas destinadas à Saúde e Educação, já que os repasses de verbas serão reajustados apenas de acordo com a inflação. Durante os governos de Lula e Dilma, o reajuste era feito acima da inflação.

### Pré-Sal

A aprovação do PL 4567/2016, altera o papel da Petrobrás na exploração do pré-sal. Além de não ser mais operadora única, também não terá direito ao mínimo de 30% da produção, conforme previa lei aprovada durante o governo Lula. Com o argumento de adequar a empresa a suas dívidas e abrir o mercado a novos investidores, a medida

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Colaboração Jacqueline Lucena

Diagramação: Anibal Bispo

pode trazer estragos gigantescos a toda uma cadeia produtiva, prejudicar o desenvolvimento tecnológico e ainda fazer do país mero exportador de matéria-prima.

### Reforma da Previdência

Uma das medidas anunciadas como prioridade por Temer, a Reforma da Previdência deve aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e igualar a idade entre homens e mulheres e entre trabalhadores do campo e da cidade. Outra medida que pode prejudicar as aposentadas e aposentados, é que a proposta de Temer prevê a vinculação dos benefícios da previdência aos reajustes de salários mínimos.

### Terceirização da atividade-fim

O PL 4330, que foi aprovado na Câmara e tramita no Senado como PLC 30, prevê a terceirização da atividade-fim nas empresas. Se aprovado também pelos senadores, o projeto autoriza a precarização do trabalho e pode significar a extinção da CLT. Além disso, o contratante fica livre de responsabilidades quanto ao não cumprimento de leis trabalhistas.

### Corrupção

Quando assumiu, Temer fez questão de discursar contra a corrupção. Porém, desde que assumiu, em maio deste ano, três ministros de seu governo foram afastados por suspeita de envolvimento em corrupção: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência, Fiscalização e Controle) e Henrique Alves (Turismo). Além disso, o presidente retirou o caráter de urgência da tramitação do pacote de medidas anti-corrupção, que foi elaborado pela equipe de Dilma Rousseff e enviado ao Congresso.

Fonte: CUT

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF